

O significado político do Comando de Greve

Lucas Maia

Este texto objetiva realizar uma reflexão acerca do significado político da organização dos trabalhadores conhecida como comando de greve. O que é um comando de greve? Como surge? Quais suas características? Quais os tipos de comando de greve que historicamente se desenvolveram ao longo da história das lutas dos trabalhadores?

Vejamos estas questões um pouco mais de perto.

O que é um comando de greve?

Esta expressão é muito comum entre alguns seguimentos de trabalhadores na contemporaneidade. Em outros, nem tanto. O fato é que esta forma de os trabalhadores se organizarem não é nada recente na história das lutas sociais. Desde que se constitui a sociedade moderna com o conjunto de contradições que ela necessariamente implica, a resistências às mais variadas formas de opressão sempre se efetivaram, independentemente de haver ou não formas institucionalizadas (burocratizadas) de organização. A história o demonstra, não há como haver nenhum tipo de resistência sem haver organização. Assim, alguns ao defenderem que a organização, de um ponto de vista libertário³⁰, é uma impossibilidade, simplesmente estão levantando a bandeira do imobilismo e, portanto, defendendo o *status quo*. Há uma variedade de formas organizativas no interior da sociedade capitalista. Não é, contudo, qualquer tipo de organização que serve à luta radical dos trabalhadores.

Entendamos um pouco melhor esta questão. Durante o século 19, período de consolidação das relações de produção capitalistas, que se iniciam por volta dos séculos 16, 17, observava-se uma brutal subordinação das classes trabalhadoras de então aos desígnios do capital. O capital, no processo de consolidação das relações que lhe dão vida, foi ao longo de um extenso período expandindo sua forma de organizar a sociedade. Isto se deu de

³⁰ Para citar somente um anarquista que critica este postulado segundo o qual o próprio ato de se organizar implica na construção de uma estrutura hierárquica ou a organização em si nega a possibilidade de uma prática política libertária, cf. Malatesta (2008).

maneira subterrânea no nível, primeiramente, das relações de produção, mas a pouco e pouco foi se assenhoreando de todo o conjunto da sociedade (política, cultura, cotidiano etc.). Os séculos 18 e 19 assistem à tomada do poder político pela classe dominante produto direto das relações de produção modernas: a classe dos capitalistas. Em que pese isto tenha acontecido um pouco antes em alguns países, é sobretudo no século 19 e notadamente no seu fim, que o estado passa definitivamente para as mãos da classe capitalista em quase todos os lugares do então mundo “desenvolvido”.

O advento da sociedade moderna significa uma ampliação sem precedentes na divisão social do trabalho. Isto quer dizer que o número de grupos e classes sociais existentes no interior da sociedade se amplia de modo nunca antes observado. Não é o caso aqui de discutir a dinâmica deste processo, basta, para objetivos que agora nos preocupa, simplesmente constatar o fato³¹. Isto implica que a sociedade moderna não é constituída, como muitas interpretações superficiais sugerem, notadamente umas derivadas do pseudo-“marxismo” (bolchevismo e social-democracia), bem como outras que pretensamente o criticam, somente por duas classes sociais, ou seja, burguesia e proletariado. A ampliação da divisão social do trabalho cria as condições para que um conjunto de classes emergja e se fortaleça dentro dos quadros desta sociedade Maia (2011).

Só para citar, de modo muito sumário, poderíamos indicar, por exemplo: o campesinato, o lumpemproletariado, a classe dos trabalhadores domésticos, dos trabalhadores subalternos das formas de regularização (Viana, 2007), os proprietários fundiários, a intelectualidade ou *intelligenstia*, de acordo com expressão de Makhaiski (1981) etc. Há uma boa bibliografia sobre isto, não vou me ater na análise de todas elas.

Quero destacar, contudo, três classes sociais de importância capital para a análise das lutas sociais na sociedade moderna: burguesia, proletariado e burocracia. A análise mais viva e contundente da constituição e dinâmica recíproca entre burguesia e proletariado foi sem sombra de dúvidas fornecida por Karl Marx em sua obra *O Capital*. De modo bem rasteiro, pode-se dizer que estas duas classes constituem as “classes fundamentais do capitalismo” Maia (2011), ou seja, aqueles grandes grupos de pessoas que ao se relacionarem dentro de um quadro dado de relações sociais constituem o elemento central definidor da sociedade capitalista: a produção de mais-valor.

³¹ Cf. sobre isto, de modo mais detalhado: Marx (1983; 2010)

A relação entre estes dois grandes grupos de pessoas, cuja função, cuja atividade desenvolvida no interior da sociedade é determinada pela divisão social do trabalho, ao se relacionarem no processo de produção, criam os produtos (mercadorias) que constituem o universo de produtos materiais de nossa sociedade. Assim, este computador que agora está na sua frente e que lhe permite ler este texto, bem como a cadeira onde sento para escrever esta nota, é produto de uma relação social. Eu não produzi a cadeira, assim como você também não produziu o seu computador. Você o conseguiu numa loja qualquer. Da mesma forma, o lojista também não fabricou a máquina que coloca na vitrine de sua loja etc. Os produtos saem do forno diabólico das fábricas. O que é fundamental aqui para o entendimento de nossa argumentação é saber que os produtos não se produzem a si mesmos. Eles são o resultado de um trabalho pretérito, realizado sob determinadas condições históricas, fundadas em determinadas relações sociais. De uma maneira bem genérica, as condições históricas modernas fundam-se no antagonismo de interesses entre estas duas classes: burguesia e proletariado. A primeira mobiliza todas as suas energias para encontrar estratégias de maximizar cada vez mais a extração de mais-valor da classe trabalhadora. Da mesma forma, esta visa, devido suas condições materiais de existência, reduzir cada vez mais tal extração.

Toda a luta dos trabalhadores durante o século 19 para diminuir a jornada de trabalho, que nos séculos 18 e até meados do 19 chegavam a 14, 16 horas de trabalho diário foram na verdade uma luta dos trabalhadores para reduzir a extração de mais-valor, tendo eles consciência ou não da existência do mais-valor. Trata-se de um processo que está ligado à reprodução prática, imediata da vida cotidiana. Se se trabalha 16 horas, tem-se um tipo de vida, se se trabalha 8, outras possibilidades se abrem no horizonte do trabalhador. Da mesma forma, toda a luta dos trabalhadores, notadamente nos países de capitalismo central, contra a imbecilização do trabalho provocada pelo taylorismo e fordismo durante o século 20. O mesmo processo se verifica na contemporaneidade, onde inúmeras revoltas começam a despontar por toda a parte em vários países. Trata-se agora de oposição à intensificação da exploração provocada pelo toyotismo e congêneres, bem como ao aumento da miséria e precarização da vida cotidiana provocada pelo estado neoliberal, forma política necessária ao atual período do capitalismo³². Tudo isto evidencia que a luta de

³² Para uma discussão aprofundada sobre o capitalismo na contemporaneidade, cf. Viana (2009).

classes não é um fenômeno da aurora do capitalismo, pelo contrário, lhe pertence, está no coração mesmo de suas relações de produção

Em uma palavra, o capitalismo, tal como o conhecemos, não existe a não ser colocando necessariamente estas duas classes em contato: a forma de como isto se dá varia historicamente. A evolução dos séculos 18, 19 e 20 evidencia isto. Mas o cerne, a essência do processo é esta mesma. Entretanto, como já aponte, reduzir a sociedade moderna a somente estas duas classes é um reducionismo sem expressão alguma na realidade concreta. De todas as classes que se desenvolveram com o aprofundamento da divisão social do trabalho, a que adquiriu maior importância política, social e econômica é sem sombra de dúvidas a burocracia.

No sentido comum e vulgar da palavra, burocracia é tida como perda de tempo com papelada, processos, protocolos, normas, regras etc. Na verdade, esta é a aparência do fenômeno. Só existe esta papelada, procedimentos, protocolos etc. por que existe uma organização na qual este conjunto de elementos encontra seu lugar de realização. Da mesma forma, ao considerar a burocracia como sendo meramente forma de organização (estado, empresa, partido político, igreja, sindicato etc.), deixa-se de lado o elemento central, ou seja, os grandes grupos de pessoas, os seres humanos históricos, concretos, envolvidos numa trama de relações sociais. Burocracia, da maneira como estamos apresentando aqui, é uma classe social que ao se constituir e se fortalecer cria, complexifica, aprofunda, amplia organizações e procedimentos burocráticos. Assim, a burocracia como classe social é um produto genuíno do desenvolvimento da produção de riquezas como capital. Mas diferentemente das demais classes, a burocracia adquire um poder e uma capacidade de organizar e gerenciar os processos do capital que faz com que ela se torne uma das classes mais poderosas no interior da sociedade moderna. Basta ver, por exemplo, o poder dos governos, dos magistrados, dos executivos de empresas etc. Em linhas gerais, a burocracia, com sua função na divisão social do trabalho de dirigir, controlar, superintender, torna-se uma poderosa classe que cria inclusive condições de superar a própria burguesia como senhora da produção. Vide, por exemplo, o caso da URSS, onde a burocracia, capitaneada pelo Partido Comunista Russo, conseguiu se assenhorar da produção, fazendo daquela sociedade um verdadeiro capitalismo de estado, no qual esta instituição era o genuíno “capitalista coletivo”. Neste país, e nos demais congêneres durante o século 20, o mais-valor era extraído do proletariado e administrado pela burocracia de estado,

capitaneada pela burocracia do Partido Comunista Russo, convertida neste processo em burguesia de estado. Burguesia de estado, justamente por que não aboliu o mais-valor como forma de mais-trabalho. O conceito de burguesia de estado remete ao fato de que o estado é a instituição cuja materialidade viva é expressa por sua burocracia. Metamorfoseamos o termo em burguesia de estado por que o mais-valor, nestes tipos de sociedade, ou seja, o capitalismo de estado, é apropriado pela classe e instituições que dominam o corpo burocrático do estado. Em outras palavras, se há produção de mais-valor, é por que a relação capitalista fundamental do capitalismo ainda não foi abolida. Entretanto, a classe que dele se apropria agora não é mais um proprietário particular (capitalista individual, sociedade por ações etc.), é na verdade, o próprio estado, administrado pela burguesia de estado.

Temos agora à nossa disposição um conjunto de elementos que nos permitem responder o nosso questionamento inicial: o que é um comando de greve? Esta mesma organização também é conhecida pela expressão comitê de greve entre outras expressões possíveis. O importante aqui não é o nome, mas sim seu papel dentro de determinada luta concreta.

Como dissemos, a tendência espontânea da classe trabalhadora foi sempre encontrar formas de se opor ao sistema de opressão ao qual é submetida cotidianamente. Desde as primeiras “coalizões operárias”, os cartistas, os ludistas etc. que a classe trabalhadora busca demonstrar sua força em oposição à força das classes dominantes. Foi, contudo, com o desenvolvimento da organização sindical, durante o século 19, que os trabalhadores conseguiram colocar um certo freio à gana da classe capitalista. Os sindicatos surgem inicialmente como organizações de trabalhadores, compostas por trabalhadores e que visavam colocar um freio à intensa exploração à qual eram submetidos os trabalhadores naquele contexto. Esta forma de organização, contudo, não permanece imutável e alheia ao desenvolvimento mesmo do capitalismo. A passagem dos vários capitais espalhados pela sociedade aos grandes oligopólios característicos da primeira metade do século 20 também significou uma mudança substancial na organização sindical. De pequenas e radicais organizações de trabalhadores, os sindicatos converteram-se em poderosas organizações, com milhares de associados, recebendo recursos do estado, administrando imensas somas de dinheiro anuais, clubes de recreação, imprensa etc. Isto implicou num processo de transformação no próprio conteúdo da organização sindical. Os sindicalistas deixam de ser

trabalhadores para se tornarem sindicalistas profissionais, recebendo salários, em geral maiores do que o dos trabalhadores da “base”; começam a ter privilégios em relação a estes, da mesma forma que criam condições e influência política para tal, para ascenderem a cargos políticos do estado (vereadores, deputados, senadores e pasmem, presidente da república). Assim, aquelas pequenas organizações de trabalhadores convertem-se em sua maioria em poderosas organizações que não raras vezes se opõem aos próprios trabalhadores, pois agora os sindicalistas tem interesses que não são os mesmos de suas “bases”. Para um sindicalista é muito mais importante defender a permanência da organização sindicato, do que colocar-se numa luta onde esta organização esteja ameaçada, mesmo que grande parte de sua “base” esteja de corpo e alma nesta luta.

É neste contexto que podemos situar a organização do que estamos chamando “comando de greve”. Esta é, contudo, a linha geral que nos permite compreender o que é um comando de greve. Este pode ser: a) uma criação do sindicato; b) pode surgir em oposição ao sindicato; c) pode surgir como uma oposição ao sindicato e durante o processo de luta ser a ele subordinado; e) e pode, por fim, nascer do sindicato e no decorrer do processo de luta opor-se a este.

O que todas estas formas demonstram é que o comando de greve é uma organização que não é a direção sindical. A materialização de uma ou outra daquelas formas depende de cada contexto histórico, de cada momento das lutas sociais etc. não há como determinar *a priori* qual será a forma que assumirá o comando de greve dentro de um determinado contexto. A organização sindical implica por natureza a separação entre *dirigentes* e *dirigidos*. Geralmente esta oposição aparece na linguagem comum aos sindicalistas entre “*direção*” e “*base*”. O que é comum é o comando de greve ser uma forma organizativa da “base” com, contra ou sem a direção do sindicato.

Desta forma, o surgimento desta organização implica necessariamente na colocação do contato direto entre os trabalhadores que antes estavam separados, isolados uns dos outros pelo cotidiano alienante do local de trabalho. Quando a greve se estabelece (sendo ou não deflagrada pela organização sindical), esta estrutura, ou seja, o comando de greve é a organização que acaba por colocar na luta um conjunto de trabalhadores que antes nem pensava o que era lutar.

Há determinadas organizações sindicais que tentam, a todo custo, impedir que os comandos ou comitês se formem. Estas são aquelas que levam às últimas consequências

a separação entre dirigentes e dirigidos. Neste contexto, geralmente os comandos se formam contra a direção sindical e a greve em questão passa a ser uma disputa entre as duas instâncias organizativas. Trata-se, no final das contas, de luta de classes. A burocracia sindical (aquela que dirige, determina, controla, delibera etc.) contra a sua “base”, que pode ser de operários, camponeses, intelectuais (por exemplo, professores de todas as modalidades e níveis de ensino.) etc.

Mas da mesma forma que a direção sindical pode esforçar-se para impedir a formação dos comandos de greve, ela pode incentivar este processo. Tal característica pode se dar devido à orientação “ideológica” da direção sindical, ou seja, ela pode ser filiada a uma tendência política que vislumbra com bons olhos este tipo de organização. Pode-se dar também por que a direção sindical quer fortalecer a sua greve e para tanto ela necessita de ações realizadas por sua “base”. Tal necessidade de fortalecimento ou radicalização da greve pode se dar pelo fato de a organização sindical em questão ser oposição a um determinado governo, ser uma tendência “esquerdista” mais radical etc. O fato que nos interessa aqui é que o comando surge como algo além da direção sindical, em que pese, neste contexto ainda estar a ele atrelado.

As outras duas possibilidades que me referi, ou seja, de o comando de greve começar como algo independente do sindicato, mas ser depois a ele submetido ou de começar a ele subordinado e se tornar no prosseguimento da greve cada vez mais independente está relacionado ao que expus precedentemente. Só quero destacar que estas são possibilidades históricas dadas, com as quais os trabalhadores terão necessariamente que lidar. Isto só chegará a bom termo, só terá uma resolução histórica para qualquer uma das tendências apontadas, dentro de cada contexto histórico específico.

O comando de greve: heterogeneidade de sua composição

Um aspecto que salta aos olhos quando se analisa um comando de greve, numa greve, naturalmente, na qual esta organização se coloca como força política, é o fato de ela expressar uma heterogeneidade, que não é comum na própria direção do sindicato. Numa direção sindical, principalmente aquelas que são muito grandes e poderosas, ou seja, que administram vultosos recursos, bem como tem poder político e influência junto ao

patronato e à burocracia governamental, a tendência é haver certa homogeneidade dentro da chapa que será eleita.

Esta homogeneidade vai desde concepção e práticas políticas, até proximidade de rendimento salarial, bem como valores, mentalidade etc. comuns. Isto não implica, obviamente, que dentro de tal organização não haja divergência de opiniões, que esta direção não debata entre si e chegue a conclusões diferentes sobre determinados temas etc. Não é disto que se trata. O que coloco aqui é que os elementos fundamentais não podem ser objeto de divergências profundas dentro da direção. Por exemplo, a concordância entre os sindicalistas, isto parece uma piada, mas não é, de que a organização sindical (grande ou pequena, poderosa ou fraca, combativa ou omissa etc.) é a única forma possível de a classe trabalhadora se organizar e lutar. Quando se trata de uma organização sindical mais combativa, o comando de greve aparece como um braço do sindicato, como uma extensão da ação deste. Quando se trata de um sindicato mais integrado às estruturas governamentais e patronais, o comando aparece como algo a ser combatido. O sindicato é uma estrutura imprescindível e aqueles que nela estão, assim o entendem e acham natural.

Quando se constitui o comando de greve, pelo contrário, a possibilidade de uma heterogeneidade se coloca como algo espontâneo. Esta heterogeneidade tende a assumir várias formas: de concepções políticas, de práticas políticas, de formas de ação, de necessidade ou não de existência dos partidos políticos e sindicatos como formas únicas de ação das classes trabalhadoras etc. Isto é possível devido ao fato de o comando ser uma organização constituída por indivíduos vindos de todos os lugares com trajetórias e práticas políticas distintas, com formações teóricas e intelectuais as mais variadas. Por exemplo, num comando de greve pode-se aglutinar maoístas, trotskistas, anarquistas, situacionistas, luxemburguistas, conselhistas, liberais etc. mas principalmente indivíduos que nunca tiveram contato com nenhuma destas correntes políticas. Numa direção sindical esta heterogeneidade é inviável, pois ela exige certa homogeneidade que garante sua manutenção orgânica como organização estável desta sociedade.

Esta característica tem como implicação de certa expressividade o fato de a prática sindical tender a uma certa ossificação do fazer e da ação política, visto ela ter que agir de acordo com a norma estabelecida pelo estado (a famigerada lei de greve e demais formas de regulamentação da ação política dos trabalhadores), ter que cumprir um conjunto de ritos burocráticos etc. Isto acaba criando naqueles que são membros destas organizações

uma certa linguagem que lhe é própria, os sindicalistas, bem como as burocracias em geral, são *experts* em citar e usar estatutos, leis, decretos etc. A sua especialização como profissional das lutas sociais cria nele uma certa mentalidade que expressa essas condições materiais de existência.

Pelo contrário, o comando de greve é mais livre para a ação, pois não tem que cumprir normas e regulamentos, exceto as normas e regras que ele considera como corretas para a ação. O comando de greve, devido sua heterogeneidade, devido sua relativa liberdade de ação tende menos a se ossificar, pois é mais inovativo, é mais criativo etc. Geralmente, os comandos de greve não fazem negociações, visto o interesse que o mobiliza para a ação serem aqueles imediatos de sua existência como trabalhador. Nos comandos de greve, não há divisão entre dirigentes e dirigidos. Não estou me referindo àqueles indivíduos que se comprometem mais e àqueles que se comprometem menos. Isto aqui é irrelevante. A tendência, com o processo de radicalização, é aqueles que se comprometem menos se interessarem cada vez mais com a luta. Se não há radicalização, a tendência é o movimento acabar. A questão é que a instância comando de greve não cria em seu interior uma camada superior que sobre ele delibera. O comando de greve discute, delibera e age com todos aqueles que dele fazem parte.

A união entre burocracia partidária e burocracia sindical: o comando de greve como reverso

Como já nos referimos antes, a sociedade capitalista cria uma divisão social do trabalho cada vez mais complexa. Amplia-a a moldes nunca vistos antes em todas as sociedades pretéritas. Esta ampliação da divisão social do trabalho nada mais é do que a materialização de um número cada vez maior de classes sociais. Estas classes lutam entre si, fazem alianças umas com as outras, agem de determinado modo condicionado pelo pertencimento de classe, criam práticas culturais específicas etc. Ou seja, pertencer a uma determinada classe social, implica que se faz uma determinada coisa, esta coisa é feita de determinada maneira, o fato de fazer isto ou aquilo produz uma certa mentalidade, um conjunto de valores, de práticas etc. que são comuns a cada uma das classes sociais existentes. Naturalmente que a coisa é complexa e determinadas práticas e formas de pensar perpassam todas as classes, notadamente as formas de pensar das classes

dominantes, pois como já disseram de modo muito acertado Marx e Engels, as ideologias dominantes sempre foram as ideologias das classes dominantes.

Não é objetivo meu aqui fazer uma análise detalhada disto. Quero destacar somente a classe social burocrática, sua prática política, seu fracionamento e as implicações disto para as lutas sociais. A burocracia, já foi dito, é uma classe social cuja função na divisão social do trabalho é dirigir, controlar, superintender. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo permitiu à sociedade criar um conjunto de classes sociais que realizam trabalho improdutivo³³. O debate com relação a este conceito é bem amplo e não vou me ater nele. Para efeito desta reflexão que fazemos aqui, basta reter que trabalho improdutivo é aquele que não produz mais-valor. Por exemplo, o trabalho dos professores, dos trabalhadores domésticos, dos médicos, dos bancários, dos comerciários etc. são exemplos de trabalho improdutivo, pois todas estas classes somente se apropriam de uma ou outra maneira de todo o mais-valor global produzido num dado país. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, quanto maior é o aumento da produtividade etc. maiores também são as condições de liberar cada vez mais pessoas do trabalho propriamente produtivo, aquele que gera mais-valor. Na mesma medida, maior é o número de trabalhadores improdutivos, bem como do lumpemproletariado etc.

Esta peculiaridade da produção capitalista de livrar cada vez mais braços de trabalho e deslocá-los para atividades improdutivas³⁴ permite que um conjunto de instituições sejam criadas e desenvolvidas. A burocracia não é uma criação do capitalismo. Sociedades como a medieval, a chinesa, a grega, a romana, egípcia etc. todas tiveram de uma ou outra maneira sua burocracia. O que a sociedade capitalista faz é reproduzi-la. Mas ao fazer isto já a subordina às suas relações peculiares. Se a burocracia, como classe que dirige, controla etc. é algo que pertence a outros modos de produção, sob o capitalismo, ela se torna uma burocracia capitalista, adequada, integrada e reproduzida pelo capital. Também, o capital consegue ampliá-la e estratificá-la de tal forma que a burocracia torna-se uma das principais classes desta sociedade, tanto qualitativa quanto quantitativamente.

³³ Para uma reflexão mais aprofundada sobre os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, cf. Marx (1987); Mattick (1977) entre outros.

³⁴ Só para frisar, improdutivo aqui não quer dizer que não seja um trabalho importante ou necessário. Por exemplo, o trabalho dos médicos é fundamental, bem como dos professores etc., mas nenhum destes trabalhos produz mais-valor, logo, são improdutivos.

De maneira bem sumária, poderíamos dividir a burocracia sob o capitalismo em dois grandes grupos: a) a burocracia estatal e a burocracia civil. A burocracia estatal divide-se em burocracia governamental (governos eleitos ou não) e burocracia estatal permanente (magistrados, dirigentes de instituições estatais etc.)³⁵. A burocracia civil é mais variada e pode, grosso modo, ser dividida em burocracia eclesial (dirigentes de igrejas de toda ordem), empresarial (executivos, gerentes, administradores etc.), sindical, partidária etc. Também os movimentos sociais (ecológico, negro, feminista, homossexual, sem-terra, sem-teto etc.) à medida que vão sendo integrados às estruturas políticas do capital vão se burocratizando e constituindo sua própria burocracia particular etc. Naturalmente que esta proposição é bastante sumária. À medida que se vai aprofundando a análise, a tendência é o quadro ir se complexificando cada vez mais, novos elementos irem se agregando, bem como irem se apresentando formas de relações recíprocas entre uma e outra destas frações. Contudo, nosso objetivo aqui escapa a esta análise.

Ou seja, analisar a burocracia como classe social não é um procedimento fácil, visto o conjunto de liames que necessariamente terá que se trabalhar. De nossa parte, quero destacar a burocracia partidária e a burocracia sindical. Ambas pertencem a duas posições diferentes dentro da divisão social do trabalho. Isto implicou, inclusive, num longo e escolástico debate dentro da famigerada esquerda tradicional em todo o mundo durante grande parte do século 20 e marginalmente persiste até hoje. A idéia de que os sindicatos só poderiam realizar lutas dentro do capitalismo, ou seja, melhores condições de trabalho, aumento de salários etc. Ao passo que os partidos políticos, notadamente, os de esquerda e principalmente os comunistas e social-democratas é que levariam o proletariado ao tão sonhado socialismo. Este debate, miseravelmente estendido por longo tempo, ainda não encontrou bom termo dentro das estruturas sindicais e partidárias. Isto se deve ao fato que já mencionei antes da homogeneização e ossificação comuns às organizações burocráticas.

Mas o fato é que, apesar deste debate, a relação entre as duas burocracias foi sempre algo muito recorrente ao longo da história das lutas sociais, não no sentido de oposição, como a coisa aparece de maneira deformada na ideologia, mas sim de inter-relação, transação e integração recíprocas. O elemento mais comum é a organização partidária disputar com outras organizações partidárias o controle sobre esta ou aquela organização sindical. Deste fato pode derivar a pergunta: se o partido X ganhou o sindicato

³⁵ Cf. Viana (2003).

Y, isto torna os membros do sindicato uma burocracia partidária? Ou, ao contrário, a burocracia partidária converte-se em burocracia sindical? Na verdade não. Nem uma nem outra proposição estão corretas. À medida que se passa a executar função de sindicalista, o indivíduo age como sindicalista, embora seja membro de tal ou tal partido. O que quero demonstrar é que a transição de uma para outra organização é muito comum e só demonstra que as duas burocracias são, na verdade, frações de uma mesma classe social: a burocracia. Esta relação é que muitas vezes explica a maior ou menor radicalidade de uma ou outra organização sindical, a maior ou menor vinculação do sindicato com o grupo governamental que está no poder etc. Isto se deve ao fato de que a velha esquerda partidária é fracionada em muitas tendências e concepções, sendo umas mais radicais que outras. Há tendências partidárias que se opõem a determinado governo ao mesmo tempo em que há outras que são da base deste mesmo governo etc. Isto condiciona em grande medida a relação da organização sindical com a burocracia governamental, que pode se dar em tom de aliança, oposição, apoio etc.

Neste conjunto de inter-relações e ações recíprocas entre as duas frações da burocracia (sindical e partidária), um comando de greve pode se colocar como reverso da medalha. Independentemente de o sindicato ter ou não criado o comando de greve, quando este passa a existir, a potencialidade de ações novas e radicalizadas está colocada. Isto se deve, como vimos, à heterogeneidade comum ao comando de greve. Há a possibilidade de haver no comando indivíduos e grupos que se opõem à organização partidária, que se opõem à organização sindical, indivíduos e grupos que são de partidos políticos opositores ao do grupo ou dos grupos que estão na direção sindical etc. Ou seja, a existência do comando de greve complexifica o debate político dentro do seguimento que está em greve. Pelo fato de o comando de greve não ser uma estrutura burocrática estabelecida e institucionalizada, em que pese possa se burocratizar e se institucionalizar, sua ação é deveras muito mais plausível de ações radicais que as estruturas institucionalizadas. Isto, contudo, não quer dizer que necessariamente se dará desta maneira. Esta é, contudo, uma tendência.

Mas o que em essência distingue o comando tanto do sindicato, quanto do partido político é que o comando de greve é uma organização que não se caracteriza pela constituição de camadas dirigentes (sejam estas radicais ou não, tanto faz, o que nos preocupa aqui é a essência do fenômeno). Por esta razão, não podemos dizer que o

comando de greve é uma fração da burocracia, embora seja uma organização. Este exemplo prático e banal demonstra a fragilidade daquelas argumentações que defendem a tese de que ao se organizar, naturalmente e obrigatoriamente se cria um grupo dirigente, uma direção burocrática. O comando de greve, como instância organizativa, abre a possibilidade de organizar os processos de luta de uma outra maneira para além da burocratização e da institucionalização.

Formas de organização, luta e sociabilidade do comando de greve

Vou destacar somente alguns aspectos com relação a este ponto. Nenhuma forma de ação ou de consciência é destituída de uma materialidade histórica, constituída socialmente, a qual os indivíduos e grupos que agem e pensam devem necessariamente levar em consideração. Na verdade, não se trata de levar em consideração, posto que não há outra forma de agir a não ser a partir do que já está dado, do que está colocado independentemente de nossa vontade. Isto foi expresso por Marx naquela famosa frase: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1986, p. 17). Ou seja, não escolhemos o material a partir do qual começamos nossa obra. Este já está dado e necessariamente teremos de lidar com ele.

Assim, as ações do comando de greve são profundamente determinadas por circunstâncias socialmente estabelecidas. A própria existência deste comando está condicionada por estas circunstâncias. Mas o que é importante notar é que o comando de greve, ao se constituir, tende a criar formas de discussão e ação políticas que fogem, geralmente, mas não necessariamente, às formas institucionalizadas de luta. Por forma institucionalizada de luta estou aqui entendendo as práticas de ação conduzidas e concebidas pelas organizações sindicais e partidárias, que primam pelo legalismo, pela capitalização política do movimento a partidos políticos e candidatos determinados etc. Ou seja, trata-se de uma forma de atividade que visa na verdade enquadrar cada vez mais o movimento grevista dentro dos quadros de possibilidade de ação política determinados pelo estado, pela legislação, enfim, de reproduzir as práticas políticas que reproduzem a prática política dominante em nossa sociedade (parlamentarismo, eleições, ações legalistas etc.).

A constituição do comando de greve abre possibilidades para novas formas de intervenção e ação. Uma primeira coisa que salta aos olhos analisando-se os movimentos grevistas que conformam este tipo de organização política em suas ações de greve é o fato de o comando colocar em ação, ou melhor, ser o produto da ação coletiva de um determinado local de trabalho, de um determinado ramo de trabalho, cidade, região etc. Mas esta ação não se dá de qualquer forma e nem se dirige para qualquer direção. A constituição do comando de greve abre margem para uma ação coletiva na qual o conjunto dos envolvidos tem toda a possibilidade de intervir diretamente no conteúdo e na forma das ações. Isto implica numa ruptura com a tradicional organização hierárquica. A hierarquia pressupõe a existência de posições diferentes e verticalizadas dentro da mesma organização. Há indivíduos que possuem poder de decisão ao passo que há outros que só lhes resta cumprir as decisões que vem de outro escalão, sempre acima de quem executa as ordens. A organização militar é o exemplo mais emblemático de como se estrutura e se fundamenta uma organização burocrática. Quem está abaixo da hierarquia cumpre as decisões que são tomadas acima.

Quando se constitui um comando de greve, esta forma de conceber o processo organizativo é alterada. O *locus* de discussão, decisão e ação é o próprio comando de greve. Ele é um bloco coletivo em ação. Isto rompe com a tradicional divisão hierárquica comum a todas as instituições existentes em nossa sociedade. No comando de greve não há quem ordena e quem é ordenado. No comando de greve não há quem manda e quem obedece. O comando é um espaço de debate contínuo e permanente, de contradições as mais variadas, pois como já dissemos, ele é heterogêneo. Isto, contudo, não é nenhum problema, é na verdade seu grande elemento surpresa que lhe permite sempre e sempre se reinventar. *O comando de greve, portanto, é uma organização essencialmente horizontal. Ela rompe com a verticalidade das organizações burocráticas.*

Deste primeiro aspecto, um segundo se precipita diante de nós, o igualitarismo. Se a estrutura organizacional é horizontal, ou seja, não há divisão entre dirigentes e dirigidos dentro do comando de greve, isto conduz necessariamente à idéia de que todos que o compõe tem a mesma possibilidade de intervenção e decisão. Há uma igualdade de possibilidades dentro do coletivo. Isto não exclui as diferenças individuais, ou seja, pessoas mais e menos tímidas, com maior e menor experiência de participação em organizações políticas, com maior e menor formação teórica etc. Na verdade, no processo de contato

direto, estas diferenças se afirmam explicitamente, pois o indivíduo é uma parte componente de todo um processo organizacional. Assim, mesmo, por exemplo, falando pouco dentro do comando, ele tem não só a possibilidade de intervir, como, muitas vezes, sente-se profundamente comprometido em intervir, por mais que para fazer isto tenha que passar por cima de certa timidez, insegurança etc. Mas mais do que meramente intervir, em termos de fala etc., o comando de greve cria uma lógica organizacional que coloca todos, indivíduo por indivíduo, dentro de um sistema decisório novo que não é comum nem é tolerável como instância perene dentro da sociedade capitalista. O fato de se criar este elemento de decisão horizontal e igualitário é algo que só é tolerável dentro do próprio comando de greve, mas não em outros âmbitos da vida dos indivíduos. Por exemplo, se a greve é de professores, dentro do comando de greve a coisa pode ocorrer como descrevi. Mas tão logo acabe a greve e se dissipe o comando, a estrutura organizacional da escola, bem como do sindicato etc. reconduz os processos decisórios novamente para as instâncias e processos burocráticos fundados, como dissemos, na divisão entre dirigentes e dirigidos.

Da mesma forma, as pessoas que são acostumadas ou que tem experiência em organizações burocráticas, podem no comando de greve, ao lidar com estas particularidades, ter que submeter suas próprias concepções e práticas às concepções e práticas do comando. Isto só demonstra que a heterogeneidade que constitui o próprio comando de greve produz nos indivíduos transformações em suas formas de concepção e ação políticas. Isto se deve ao fato de que a consciência é a consciência que os indivíduos tem de si em determinado momento histórico. A consciência é uma totalidade entre indivíduo, grupo, classe etc. e condições históricas determinadas.

Por exemplo, no cotidiano da vida dentro das instituições em nossa sociedade, o conjunto dos trabalhadores são levados a naturalizar relações que são na verdade históricas e transitórias. Isto se deve ao fato de a consciência ser uma totalidade com a realidade social e natural circundante. Assim, por exemplo, é muito comum considerar dentro da reprodução cotidiana, no dia-a-dia do trabalho alienado, que a divisão hierárquica é algo profundamente necessário, que é imprescindível ter alguém ou um grupo, a partir de determinado conjunto de normas e regulamentos, bem como exercendo poder a partir de um determinado cargo, ser algo natural. O que a experiência do comando de greve demonstra é que isto é algo falacioso. Falacioso por que não consegue compreender a dinâmica ativa de transformação contínua das relações sociais. Se em determinado momento histórico, isto se dá como algo

dado e objetivo etc., em outros são questionados de maneira profunda e essencial. Quando se constitui o comando de greve, mesmo em estágio muito primitivo de organização, ação e luta, esta premissa de a organização burocrática ser algo profundamente essencial, bem como natural é negada. À medida que a luta avança, a tendência é este conjunto de concepções começar a povoar a mentalidade daqueles que estão em luta. Isto provoca, em vários indivíduos, verdadeiras metamorfoses de consciência, bem como de ações e práticas políticas. Em outros, contudo, pouco interfere.

A constituição, portanto, de uma luta que tem como base organizativa o comando de greve, pode produzir nos indivíduos verdadeiras transformações na maneira como estes concebem a organização e prática política de luta dentro desta sociedade. Isto, claro, está diretamente determinado pela história de vida de cada um, pela trajetória política e intelectual de cada um, pela personalidade mais ou menos rígida de cada indivíduo etc. Ou seja, há alguns indivíduos que sofrerão, durante o processo de luta, grande transformação psíquica, ao passo que outros um pouco menos e outros ainda há que sairão como entraram, mas não sem antes, pelo menos, terem enfrentado inúmeros debates. A questão fundamental, contudo, a constatar aqui, é que a formação da consciência e seu desenvolvimento estão diretamente ligados à materialidade das relações sociais nas quais o conjunto de indivíduos e grupos sociais estão envolvidos.

Um último aspecto a ser considerado diz respeito ao papel que a constituição do comando de greve tem na colocação em contato de vários indivíduos, grupos de diferentes lugares. Um comando de greve pode articular durante o desenvolvimento de uma jornada de greves um local de trabalho inteiro, uma cidade inteira, um estado inteiro, bem como um país etc.

A cotidianidade da sociedade moderna implica numa separação sistemática dos indivíduos nos locais de trabalho, de moradia, de estudo, de lazer. Ou seja, durante os momentos em que não estamos lutando de forma organizada, a tendência é sermos atomizados e lançados numa célula individual, seja onde trabalho, onde estudo, onde moro etc. Isto é algo necessário para manter a estabilidade das relações sociais como estão dadas. O planejamento da vida cotidiana cada vez mais reafirma esta necessidade do capital. Assim, trabalhadores de toda ordem, estudantes etc. nos momentos em que não se está havendo nenhum tipo de contestação mais firme e radical, a tendência é que o isolamento dos indivíduos se afirme de forma cada vez mais atroz sobre cada um nós.

É nos momentos de contestação, seja de greves, de manifestações espontâneas, de motins, rebeliões, revoluções, que este isolamento social começa a encontrar dificuldades em se afirmar de forma absoluta. Os indivíduos num mesmo local de trabalho (fábrica, escola, universidade etc.), de moradia (bairro, cidade etc.), de estudo (universidade, escolas etc.) começam a se encontrar para discutir, debater, deliberar e agir. Se antes eram mônadas leibnizianas isoladas umas das outras, agora são um corpo coletivo de ação conjunta. O comando de greve tem a possibilidade de colocar colegas de trabalho que antes não se encontravam de forma alguma por que trabalham em turnos diferentes, de colocar num mesmo local para discutir pessoas de lugares diferentes, articulando numa única organização, por exemplo, uma cidade inteira de determinado ramo de atividade, um estado inteiro etc. Ou seja, a constituição de um comando de greve é algo muito salutar para o nascimento de uma articulação dentro de um mesmo local de trabalho, de estudo, de moradia, bem como pode expressar uma forma de articulação territorial onde indivíduos e grupos de distintas localidades se encontram para debater e deliberar sobre pautas comuns.

Mas, e quando a greve termina? O que há para fazer?

O fim da greve e a criação de um *novo coletivo*

A primeira resposta que vem à mente é: voltar ao trabalho, naturalmente. Sim, sem dúvida nenhuma, é necessário recolocar novamente o funcionamento normal das atividades. Uma greve, por definição, consiste numa paralisação temporária das atividades normais de trabalho. É sempre uma paralisação temporária. Não pode se estender infinitamente. Entretanto, durante o processo de greve, quando se formam comandos locais de greve, comandos regionais, estaduais e mesmo nacionais e quando aqueles princípios todos que abordamos no tópico anterior se processam de modo a produzir nos indivíduos um profundo incômodo com a apatia, com a normalidade, com o cotidiano alienante e opressor da vida do dia-a-dia, o que resta a fazer?

O comando é um comando de greve. Se não há greve, não há comando de greve. Bela e óbvia tautologia. Analisando-se, contudo, a existência concreta destes processos, o que se observa é que podem se afirmar duas tendências: a) a volta da normalidade e da inexistência de organização do conjunto dos trabalhadores, momento no qual o sindicato retoma a cena e passa a ser novamente o foco de toda e qualquer atividade organizativa dos

trabalhadores; b) a segunda possibilidade se dá quando os envolvidos no processo de constituição e atividades do comando de greve decidem permanecer com a estrutura organizativa criada durante a mobilização para a greve.

Vejamos estas duas possibilidades um pouco mais de perto.

Na primeira possibilidade, quando esta se afirma, o que se percebe é um retorno ao momento no qual a greve se iniciou. Os sindicatos são instituições que tem, na contemporaneidade, a função e a força, legal inclusive, de iniciar e finalizar greves. A maneira como isto se dá varia muito de momento histórico para momento histórico, de lugar para lugar, de grupo político para grupo político com hegemonia na organização sindical etc. Mas o fundamental a constatar neste ínterim, diz respeito ao fato de a luta voltar a ser algo conduzido, pensado, deliberado etc. pela direção sindical. Implica num retorno ao controle absoluto do processo por parte desta organização. Aqui, a divisão entre “direção” e “base” se afirma com força férrea, de forma consentida, inclusive, pela referida “base”. A luta já não é mais o resultado de uma ação e deliberação coletiva e igualitária, mas sim de deliberação da direção sindical. Ou seja, a relação entre as duas instâncias organizativas se dissipa, torna-se somente uma memória que compõe a mentalidade de todos aqueles que estiveram envolvidos no processo. Além disto, reafirma a idéia de que a organização sindical é uma fortaleza, pois as demais formas podem existir em determinado momento histórico, mas sempre se vão à medida que o ímpeto explosivo da maioria converte-se numa pequena marola que somente move a areia de forma muito tênue na margem do rio. Ou seja, o sindicato é o realismo da organização forte e perene, o comando é expressão do ímpeto espontaneísta dos mais afoitos.

Dentro desta mesma lógica, uma outra possibilidade, a de extinção completa do comando de greve, diz respeito ao fato de que em muitos exemplos históricos, estes serem somente um braço da organização sindical. O sindicato é a verdadeira organização, o comando é uma forma de operacionalizar as ações do sindicato. Quando a greve termina, também o comando tem que se extinguir, pois tem de haver o retorno do sindicato como única instância organizativa, como protagonista no palco das lutas sociais.

Tanto em uma quanto em outra possibilidade, o que se verifica é a intermitência do comando de greve, bem como a perenidade do sindicato. Isto é até natural, se é que se pode falar em qualquer coisa natural quando estamos nos referindo às relações sociais. Quando se afirma um comando de greve cuja ação é marcada por uma grande radicalidade e

comunicação nas ações entre seus vários membros componentes, à medida que a greve termina, que todo mundo volta a ser engolido pelo cotidiano alienante da vida de todos os dias, que somos novamente encarcerados em nossos postos de trabalho, em nossas casas etc. a tendência é que a organização radical se dissipe mesmo. Esta tendência é tão imperiosa, que nos leva inclusive a questionar a validade de tudo o que foi aprendido e realizado durante a greve. Pergunta-se: pra que tudo isto? De que adiantou lutar tanto? De que vale agora o igualitarismo, a horizontalidade? Tudo voltou a ser como antes. Nada mudou. O retorno ao cotidiano é uma poderosa arma contra qualquer tentativa de apreender ou de executar qualquer forma organizativa que atente contra os princípios burocráticos e autoritários de nossa sociedade. Contudo, ela não é infalível.

Algo parece ter ficado. Alguns indivíduos e mesmo grupos inteiros carregam dentro de si aquele momento. Não podem mais colocá-lo na lixeira como se dispensa uma coisa velha qualquer. Aquilo tudo que aconteceu faz parte de si, tanto na perspectiva de uma crítica positiva, quanto na possibilidade de reafirmar que nada vale a pena mesmo. O fato é que todos saem diferentes de como entraram. Assim, mesmo que o comando de greve acabe como materialidade organizativa, ele fica como experiência vivida, como algo que irá necessariamente povoar a consciência de quem nele agiu efetivamente. É este algo que em muito contribui para, quando há nova emergência de greves, ressurgir a experiência do comando de greve em momentos futuros.

Mas há casos em que o fim da greve não significa o findar do comando de greve. Não pode naturalmente continuar se chamando comando de greve, pois não há mais greve. Mas há pessoas que querem continuar juntas, discutindo, agindo e fazendo política por outros caminhos além do institucionalizado. A tendência é que os mesmos princípios que norteavam a ação durante a greve permaneçam na organização após o término desta. Este coletivo que se forma apresenta uma estrutura organizativa e prática de ação política distinta tanto dos partidos quanto dos sindicatos, embora em seu interior possam existir indivíduos que sejam tanto de uma quanto de outra organização.

Naturalmente que com o término da greve, a tendência é o comando, doravante vamos chamá-lo *novo coletivo*, ter cada vez menos pessoas participando. O número aí, contudo, não é o decisivo, mas sim a experiência de colocar em evidência que outras práticas organizativas são possíveis. Há na materialização deste novo coletivo a realização de práticas que se desenvolveram durante a greve. Da mesma forma que antes, este comando

terá a função de colocar sempre em contato pessoas que no cotidiano estariam separadas, de fazer com que estas pessoas se coloquem em discussão permanente, que reflitam coletivamente, que, em momentos de nova ascensão de greves já sejam uma estrutura constituída, que terá, portanto, um acúmulo de discussões e práticas derivadas de greves passadas bem como de discussões teóricas em momentos de recrudescimento da luta etc.

A invenção desta nova prática de luta, dentro de um novo quadro organizativo e de concepções tende a fazer com que os indivíduos que estão diretamente envolvidos se vejam cada vez mais envolvidos com a luta, sem ocuparem qualquer cargo, posto que não há cargos a serem ocupados, mas somente a disposição para a luta. *O que diferencia fundamentalmente este novo coletivo de uma organização sindical e/ou partidária é: a) não é uma estrutura legalizada, portanto, não tem que se ater a regulamentos, normas, leis regras etc. estabelecidas pelo estado ou qualquer outra instituição para empreender suas ações; b) não se coloca como direção, coordenação etc. de nenhuma categoria profissional ou seguimento político. O novo coletivo é tão-somente um conjunto de indivíduos que querem lutar coletivamente. Não são diretoria, nem representam ninguém; c) guarda em si os elemento constituintes do comando de greve, é uma estrutura horizontal, igualitária, descentralizada e congrega em si uma diversidade de indivíduos, grupos de um mesmo local de trabalho ou de várias localidades; d) os que militam no novo coletivo são nada mais nada menos que trabalhadores que agem politicamente. Não são especialistas sindicais ou partidários. Em que pese possa haver dentro do novo coletivo indivíduos que são desta ou daquela corrente política, desta ou daquela organização sindical e partidária (a tendência, contudo, são estes indivíduos se afastarem, visto não haver dividendos políticos para serem divididos) etc., o que é fundamental é que dentro do novo coletivo, o indivíduo deve agir como integrante do novo coletivo.*

Por fim, uma última palavra sobre isto, o novo coletivo tem toda e total autonomia para, inclusive, decidir extinguir-se a si mesmo se assim achar correto. Isto dificilmente ocorre com outras organizações, visto elas já estarem inseridas numa lógica institucional da qual é difícil desvencilhar-se. Por exemplo, um sindicato que administra recursos, imprensa, associações, clubes etc. Esta organização jamais vai aprovar sua própria auto-dissolução, pois há interesses materiais que impedem que tal procedimento se efetive.

Portanto, o término de uma greve deve ser tão-somente o início de uma nova fase do processo de luta na qual os trabalhadores já conseguem afirma-se autonomamente.

Deve ser a invenção de novas formas de organização, ou seja, deve ser um aprofundamento das idéias e práticas elaboradas no momento da greve. Deve por último, ser a demonstração clara e efetiva de que o ímpeto autônomo e organizativo dos trabalhadores não é algo passageiro ou fortuito; é, pelo contrário, a afirmação de uma tendência que, embora seja constantemente empurrada para as portas dos fundos, teima em sempre e sempre de novo ressurgir, sempre que as circunstâncias históricas assim se colocarem.

Referências bibliográficas

- MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.
- MAKHAISKI, J. W. A ciência socialista, nova religião dos intelectuais. In: TRAGTEMBERG, M. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MALATESTA, E. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.
- MARX, K. *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987
- _____. *Para a crítica da economia política: manuscritos de 1861-1863: cadernos I a V. Terceiro capítulo – o capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. V. 1. T. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. V. 1. T. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATTICK, P. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: Regra do Jogo, 1977.
- VIANA, N. *A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- _____. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- _____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.